

O suposto intelectualismo coerentista: diferenciando níveis de conhecimento para não retornar ao “mito do dado”

Jonatan W. Daniel¹

Introdução

A rejeição ao que Sellars chamou “mito do dado” conduz à concepção coerentista da justificação de nossas crenças que é frequentemente acusada de tornar os critérios para a justificação excessivamente intelectualizados. Essa acusação será avaliada no presente trabalho e, para tanto, nos valeremos de algumas das posições dos coerentistas Wilfrid Sellars e Donald Davidson para ajudar-nos a compreender como o coerentismo em epistemologia precisa articular o papel da experiência sensorial em nossa cognição e a justificação de nossas crenças de observação para não recair no “mito do dado” e como essa articulação cria a demanda de se diferenciar entre dois níveis distintos de atividade cognitiva, o que dá a exigência de reflexividade maior plausibilidade. Na seção 1 veremos a abordagem coerentista acerca do papel, excluídos aqueles sugeridos pelo “mito do dado”, que cabe à experiência sensorial em nossa cognição; na seção 2 apresentaremos a crítica acerca do caráter excessivamente intelectualizado da concepção coerentista de conhecimento de observação e; na seção 3 apresentaremos uma defesa coerentista e como ela suscita a necessidade de diferenciar entre os dois níveis de atividade cognitiva.

Resumidamente, a crítica de Sellars ao “mito do dado” como aparece em seu mais conhecido trabalho *Empirismo e filosofia da mente* de 1956 (Sellars - 2005, doravante EFM), consiste no seguinte: se o que for dado não tiver forma proposicional, não será *epistemicamente eficaz* e, se tiver forma proposicional, não será *epistemicamente independente*. É epistemicamente eficaz tudo aquilo que é capaz de justificar outras crenças e enunciados – de acordo com Sellars somente o que possa vir a servir como premissa em um argumento pode assumir o papel de razão, de justificação para se crer, portanto deve ter forma

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSM e bolsista Capes.

proposicional. É epistemicamente independente tudo aquilo que não deriva sua justificação de outras crenças e enunciados, portanto tem de estar justificado sem que algo o justifique. Numa versão *standard* do fundacionismo, o elemento fundacional do conhecimento precisa ser simultaneamente *epistemicamente eficaz* e *epistemicamente independente*², posto que deva ser capaz de justificar crenças, mas, por sua vez, não carecer de justificação. De acordo com a crítica sellarsiana, a concepção de algo que seja simultaneamente epistemicamente eficaz e epistemicamente independente é inconsistente.

Os empiristas de modo geral valem-se dos dados dos sentidos, sensação ou impressão – estado interno resultante da estimulação de nossos órgãos sensoriais por algum objeto – como solução para o problema da justificação. Os dados dos sentidos podem ser concebidos ou como tendo forma proposicional ou como não a tendo, como simples particulares. Se aceitamos a crítica de Sellars, caso o “dado” seja concebido como consistindo de particulares não conceituais, não poderá cumprir seu papel de elemento justificador, e caso seja concebido como articulado proposicionalmente, precisará de algo outro que lhe justifique. Cabe ressaltar que a crítica de Sellars ao “mito do dado” dirige-se à forma e não à natureza do que é dado e por isso não se limita aos dados dos sentidos, mas se estende a todas as coisas que são ditas “dadas”.

Para evitarmos a incoerência apontada por Sellars no apelo ao “dado” dirigimo-nos a uma concepção coerentista da justificação de nossas crenças que é sintetizada na afirmação de Davidson de que “nada pode servir como uma razão para uma crença exceto outra crença” (1986, p. 310). Apesar de sustentada por boas razões, essa concepção de justificação é um tanto contraintuitiva quando consideramos nossas crenças de observação, pois para os coerentistas de modo geral elas não têm nenhum privilégio epistêmico em relação às outras crenças. Como quaisquer outras, as crenças observacionais são epistemicamente dependentes, o coerentista, então, precisa explicar-nos o papel da experiência sensorial em nosso conhecimento.

² Os termos “epistemicamente eficaz” e “epistemicamente independente” aparecem em DeVries & Triplett (2000).

1. O papel da experiência sensorial em nosso conhecimento

Como já vimos, se aceitarmos as críticas de Sellars ao “mito do dado”, devemos aceitar que, caso os dados dos sentidos não tenham forma proposicional, não poderão assumir nenhum papel epistêmico. O simples fato de se estar diante de uma maçã e ser afetado por ela não implica necessariamente que se saiba que se está diante de uma maçã ou que se creia “isto é uma maçã”. E mesmo que venhamos a ter a crença de que “isto é uma maçã” ao nos depararmos com uma maçã, tal maçã, ou o estado interno que ela causa ao afetar nosso aparato sensorial – a sensação de maçã – é insuficiente para justificar essa crença, uma vez que não possui conteúdo proposicional (não se apresenta como uma razão, uma justificação). Essa posição pode parecer contraintuitiva à primeira vista, pois em geral sabemos, se nossas capacidades sensoriais funcionam normalmente, estar diante de uma maçã quando vemos uma maçã, ou ao menos parece desnecessário justificar a crença de que “isso parece uma maçã” quando vemos uma maçã. Será útil refletir um pouco acerca dos processos de justificação de nossas crenças.

De modo geral, quando queremos sustentar uma crença p , buscamos auxílio em outras crenças que implicam logicamente a verdade ou a justificação de p . Por exemplo, se tenho agora a crença de que há alguém na frente da minha casa, e alguém me pergunta como sei isso, posso responder que o meu cachorro está latindo e que geralmente, quando meu cachorro late, há alguém na frente de casa. Claro que poderiam me perguntar como eu sei o cachorro está latindo, ou como sei que em geral quando o cão late há alguém na frente da casa. Nesse caso, eu teria de me valer de crenças adicionais para justificá-las e assim poderíamos passar o dia todo. Mas esse tipo de ceticismo não seria sustentável em nosso cotidiano, pois após uma ou duas razões, caso não tenhamos motivo para duvidar da sinceridade de nosso interlocutor e não existam razões ou indícios contrários ao que ele diz, tendemos a nos satisfazer. O que precisa ser frisado é a forma dos elementos presentes no processo de justificação exposto acima. Os elementos justificadores, as razões para se crer, têm sempre forma proposicional, o que lhes confere propriedades

inferenciais – tanto indutivas, quanto dedutivas – mesmo que velada por um discurso descuidado, pois o que possibilita que algo sirva como justificação para outro algo são suas conexões inferenciais.

Agora, se nos pareceu estranho, acima, negar que a *maçã* vista serve para justificar a crença de que “isto é uma maçã”, pense quão estranho pareceria inferir algo a partir de uma maçã. Façamos a experiência, pensemos numa maçã ou olhemos para uma maçã com bastante atenção e então concluiremos: *ergo*... Não há o que se concluir, não há o que inferir, pois a maçã não possui forma proposicional e, portanto, não possui propriedades inferenciais. De um objeto particular, qualquer que seja, não se segue nada, somente quando afirmamos sua presença, atribuímos-lhe uma propriedade ou relação é que ele passa a fazer parte do *espaço lógico das razões*, mas agora como elemento dentro de uma proposição. De uma maçã, pura e simplesmente, enquanto objeto particular, não se segue nada, mas de “isto é uma maçã” seguem-se várias outras proposições, por exemplo, que se trata de um objeto físico, uma fruta, tem cheiro, é um alimento etc..

Pode-se argumentar que há alguns casos em que podemos justificar uma crença de observação sem recorrer a algo proposicional, pelo mero apontar para algo no mundo que seja relevante para a sua justificação. Por exemplo, desafiado a justificar a sua crença de que está chovendo, alguém aponta pela janela para fora de casa onde seu interlocutor poderá ver que está chovendo. Situações desse tipo serviriam como contraexemplo? Parece-nos que não, pois nessas situações, quando apontamos para um determinado ponto no campo visual, estamos presumindo que nosso interlocutor seja capaz de, a partir da visão, elaborar uma crença ou conteúdo proposicional que sirva de razão para a crença em questão. No exemplo acima, pressupõe-se que ao olhar pela janela o interlocutor formará espontaneamente a crença de que está chovendo, que no contexto faz-se uma crença relevante. Contudo, se invertermos o processo e primeiro apontarmos para algum lugar e depois tentarmos concluir algo, o que poderíamos concluir? O ambiente por si só não desempenha papel epistêmico nenhum, porém as crenças suscitadas a seu respeito, sim. Caso nosso interlocutor seja incapaz de extrair de uma situação

as crenças apropriadas, ou falhemos em evidenciar pelo contexto que crenças são relevantes para um processo de justificação, o nosso apontar será vão.

E quanto à sensação de maçã? Pode-se pensar que a sensação de maçã ou o dado dos sentidos causado pela visão da maçã deveria possuir um *status* diferenciado, mas seu caso não parece merecer privilégio, posto que a crítica ao “mito do dado” se dirige à forma e não à natureza do que é dado. Caso os dados dos sentidos, as sensações específicas causadas por algo que nos afete sejam concebidos como particulares, não poderão fazer mais do que uma maçã no jogo da justificação de nossas crenças.

Dada a ineficácia epistêmica dos particulares, alguns autores, como McDowell (2005), tentaram salvar um tipo peculiar de empirismo baseado na ideia de que nossas experiências sensoriais seriam articuladas conceitualmente e, em virtude de seu caráter proposicional, poderiam servir como fatores constringentes de nosso conhecimento observacional. Aqui temos uma segunda maneira possível de se conceber o dado, a saber, como tendo forma proposicional. De acordo com McDowell (2005), por exemplo, seríamos treinados ou educados por nossos pares desde tenra infância para adquirir a habilidade – uma “segunda natureza”, nos termos de McDowell – de, ao sermos afetados em nossos sentidos por particulares, responder passivamente a essas estimulações com estados internos intencionais, o que permitiria a tais estados estabelecer relações inferenciais com nossas crenças. Para McDowell, a experiência sensível seria um exercício passivo, uma vez que causado por um fator externo a nós, de nossa “faculdade da espontaneidade” – nossa capacidade de aplicar e articular conceitos.

O problema dessa abordagem é que ela somente leva em consideração a parte da crítica ao “mito do dado” que fala da ineficácia epistêmica dos particulares, mas não de maneira eficiente a parte que fala da dependência epistêmica do dado proposicional. Não basta que algo tenha forma proposicional para que sirva como razão para se crer, tal conteúdo tem de ser endossado, tomado por verdadeiro, acreditado. Os processos válidos de inferência são mantenedores de verdade e justificação, mas somente isso. Para que a conclusão de um argumento válido seja verdadeira ou esteja

justificada, as premissas que o compõem devem por sua vez ser verdadeiras ou justificadas. Essa crítica é feita por Glüer (2004) à posição de McDowell acerca da experiência sensorial. Apesar de conceber o dado da experiência sensorial como tendo conteúdo proposicional, McDowell é incapaz de salvar a ideia da experiência sensorial como fonte última de justificação de nossas crenças, pois, ao final, tal conteúdo proposicional precisa ser endossado para desempenhar um papel inferencial e, nesse caso, poderíamos perguntar que razões levam alguém a endossar tal conteúdo dos sentidos. Sendo assim, a posição de McDowell acerca da experiência sensorial, se olhada com atenção, não difere ou não pode diferir, para que funcione, da posição coerentista tradicional de acordo com a qual a experiência causa crenças que são epistemicamente eficazes, mas são também epistemicamente dependentes.

Surge-nos então uma dúvida acerca de que tipo de relação a experiência sensorial possui com nossas crenças sobre a realidade. Segundo Davidson, “[a] relação entre uma sensação e uma crença não pode ser lógica, desde que sensações não são crenças ou outras atitudes proposicionais. Qual é a relação? A resposta é, eu acho, óbvia: a relação é causal” (1986, p 311). Sellars já endossava essa posição em EFM (p. 30) ao entender que tradicionalmente confundiu-se nas sensações o papel causal com o papel epistêmico e que “não há razão para supor que ter a sensação de um triângulo vermelho seja um fato *cognitivo* ou *epistêmico*” (p. 31).

A posição coerentista não nega ou não precisa negar a existência de um “dado sensorial” proveniente do contato de nossos órgãos sensoriais com o mundo, nega apenas que tal dado possa desempenhar um papel epistêmico. A posição coerentista diz que a experiência *causa* crenças, mas são estas, e apenas elas, que podem desempenhar um papel epistêmico na justificação. Esse, então parece ser o único caminho que nos impede de retroceder ao “mito” de que possa existir algo não proposicional, mas epistemicamente eficaz ou proposicional, mas epistemicamente independente. As crenças de observação, nessa concepção, diferenciam-se das demais apenas pelo fato de serem causadas não inferencialmente. Somos treinados para obter crenças específicas devido a estimulações sensoriais específicas, porém o modo de incitação de uma crença – seja como conclusão de um argumento, seja como

resposta confiável a um estímulo sensorial – não lhe confere nenhum *status* epistêmico privilegiado.

Se a justificação de crenças é dependente de relações inferenciais como o recurso a outras crenças que sirvam como boas razões para as crenças em questão, em se tratando de crenças de observação, o que contaria como uma boa razão para crer? Para Sellars, uma boa razão para confiar em uma crença de observação consiste em podermos, a partir da sua aparição, inferir de maneira confiável a presença daquilo que é exposto em seu conteúdo proposicional. Sendo assim, para um sujeito *S*, sua crença de observação *p* somente estará justificada se *p* for uma resposta confiável ao estímulo específico que *p* expõe e *S* souber que *p* é uma resposta confiável a esse estímulo. Em suma, o observador epistêmico tem de ser capaz de ter crenças gerais do tipo “a presença de *p* é indício de *q*” para poder estar justificado em crer em fatos do tipo “*x* é *F*”. Chamemos tal exigência de exigência de reflexividade, essa exigência é acusada de ser intelectualista demais, como veremos a seguir.

2. Críticas à concepção coerentista sobre o conhecimento de observação

Posições como as de Sellars e Davidson são alvo de críticas por parte de epistemólogos que as consideram intelectualizadas em demasia e implausíveis. Alston (1989), por exemplo, acusa Sellars de possivelmente ter em mente uma concepção de conhecimento como sendo de “posse exclusiva de seres crítico-reflexivos, onde ser ‘crítico-reflexivo’ essencialmente envolve a tendência de perguntar, e a capacidade de responder, perguntas como o que é que justifica as crenças de alguém ou as faz razoáveis” (p. 85).

A exigência de reflexividade é compreendida como desnecessária. Quando ouvimos o relato de um terceiro sobre a sua experiência sensorial, para que estejamos justificados em acreditar nele, devemos estar justificados em acreditar que é um relator confiável, que não está mentindo e que sabe transmitir por meio da linguagem as crenças da sua experiência. Aceitar isso é bastante razoável, porém, como questiona Meyers (1981), “[o] que não é claro

é se aqueles que têm as experiências precisam ter o conhecimento dessas coisas a fim de que suas declarações sejam garantidas para eles” (p. 70). Segundo Meyers, um fundacionista poderia negar essa necessidade, alegando que “ter a habilidade sem saber que a tem é suficiente para a afirmação estar garantida” (p. 70). Meyers então pergunta “que razão Sellars tem para negar essa assimetria e assim para sustentar que o que se aplica a uma parte independente se aplica igualmente à pessoa passando pela experiência [?]” (p. 70).

Os empiristas também atacam a exigência de reflexividade recorrendo à nossa disposição de, em nosso cotidiano, atribuir conhecimento de observação (e não somente conhecimento, mas várias outras atitudes proposicionais tais como desejos, medos, intenções, sensações etc.) não apenas a pessoas, mas a vários outros animais como cães, gatos, pombos, ratos etc.. Alston segue nessa direção quando diz que um ser humano adulto até seria capaz de lançar mão, caso exigido, de uma razão para justificar um enunciado de observação, mas

[...] parece que um ser por demais carente de sofisticação para obter tais razões poderia ainda ter conhecimento perceptual de que há uma árvore em sua frente apenas em virtude de formar essa crença por meio de um processo normal de percepção em circunstâncias normais. (Alston, 1989, p. 75)

A posição coerentista complica-se ainda mais porque, se ela procede, não somente animais não humanos estariam fora do rol dos seres capazes de conhecimento de observação, mas também crianças pequenas às quais temos forte tendência de atribuir atitudes proposicionais desde quando são muito novas e certamente incapazes de um conhecimento reflexivo acerca de suas habilidades cognitivas. Tais críticas alegam a implausibilidade da exigência de reflexividade mostrando que, à princípio, ela é largamente contraintuitiva e contrária às nossas práticas diárias. Vejamos a seguir a réplica coerentista.

3. Do reconhecimento de dois níveis distintos de atividade cognitiva

Como já vimos, a crítica coerentista dirige-se precisamente à ideia de que sermos afetados em nossos órgãos sensoriais seria condição suficiente

para a presença de um estado interno epistêmico. O problema constatado é que, para que desempenhe um papel epistêmico, a experiência sensorial tem de ter forma proposicional, ser acerca de algo que é assim ou assado, ter forma *x é F* ou *Rab – isso é uma maçã* ou *essa maçã é menor que aquela –*, e não é claro se basta estar consciente para ser capaz de tais atitudes proposicionais, pois estas exigem a posse de conceitos e não somente isso, mas a posse dos conceitos específicos que caracterizam cada estado intencional, pois as atitudes proposicionais que podemos ter são limitadas pelos conceitos que possuímos. Essa limitação é advinda do fato de atribuições de atitudes proposicionais ocorrem em contextos intensionais. Em tais contextos, a substituição dos termos componentes do conteúdo proposicional acerca do que é a atitude em questão por termos coextensionais não garante a manutenção do valor de verdade da atribuição da atitude proposicional, embora mantenha o valor de verdade do conteúdo proposicional acerca do que é a atitude em questão.

O problema é ainda maior para a tradição empirista devido ao seu forte viés nominalista segundo o qual a habilidade de saber coisas da forma *x é F* não é inata como as faculdades da percepção sensorial, mas “adquirida e pressupõe um processo (complicado) de formação de conceitos” (EFM, p. 29). Assim, somente um ser que possua um grande sistema de conceitos e crenças poderia dispor de crenças de observação justificadas, uma vez que ele também teria que poder ter crenças acerca dos próprios contextos de formação de crenças de observação e de sua confiabilidade para utilizá-las como justificção. Podemos enfraquecer a exigência coerentista e, em vez de exigir a atualização de tais capacidades reflexivas, contentarmo-nos com a sua mera disponibilidade para o sujeito que tem a experiência³.

Parece-nos que tanto empiristas quanto coerentistas se apoiam em intuições razoáveis, a saber: os primeiros baseiam-se na ideia de que a percepção sensorial é uma faculdade passiva, não adquirida, que

³ Em DeVries & Triplett (2007), DeVries comenta a proposta da exigência de reflexividade por parte de Sellars: “A crítica de Alston, como eu a entendo, depende da sua crença de que Sellars exige que o sujeito cognoscente tenha realizado um movimento [reflexivo] real, explícito em algum momento a fim de estar justificado em suas crenças de observação. Eu acho que isso está errado. O que Sellars exige é que o sujeito cognoscente seja tal que esteja em condições de fazer tais movimentos, mesmo que só implicitamente.” (p. 25)

compartilhamos com outros animais, opera sempre que estamos conscientes e de, algum modo, parece consistir na forma primária de interagirmos cognitivamente com a realidade; os coerentistas alegam que, para que desempenhe um papel epistêmico, a experiência sensorial deve ser articulada conceitualmente, deve entrar no rol das atitudes proposicionais, caso contrário não poderá sustentar relações inferenciais com outros conteúdos proposicionais, estando, assim, excluída do espaço lógico das razões. Somado a isso, se aceitamos a crítica ao “mito do dado”, devemos reconhecer que, mesmo que a experiência sensorial já envolva conceitos, não há uma instância exterior ao espaço dos conceitos capaz de justificar nossas crenças de observação. Não podemos apelar a algo externo às nossas crenças como “tribunal último” para o constrangimento epistêmico de nossas crenças sem retornar ao “mito do dado”, por isso a exigência de reflexividade faz-se necessária.

Quanto à nossa disposição para atribuir conhecimento de observação a seres incapazes de cumprir tais exigências de reflexividade? Parece-nos que a rejeição ao “mito do dado” não somente nos conduz ao coerentismo em epistemologia como também sugere uma distinção entre ao menos dois níveis distintos de atividade cognitiva. O coerentista não nega a intuição básica por trás do empirismo, de acordo com a qual a capacidade de ter a sensibilidade afetada por objetos é uma faculdade não adquirida, passiva, compartilhada por muitos seres vivos e que, de certo modo, seria o primeiro passo na construção do conhecimento, mas a aceita com a ressalva acerca do caráter conceitual necessário para que algo possa desempenhar um papel epistêmico. Essa ressalva faz com que o coerentista diferencie entre a capacidade de *perceber uma maçã* da capacidade de *perceber que algo é uma maçã*. Muitos são os seres capazes de perceber uma maçã, de serem afetados por uma maçã em seus órgãos sensoriais e associar várias “impressões” desse tipo entre si e à disposições para o comportamento. E embora tais associações sejam facilmente explicadas por atribuições de atitudes proposicionais a tais seres, o coerentista pede que tais atribuições sejam reconhecidas como meramente *analógicas*, caso não estejamos dispostos também a atribuir a posse de vários conceitos e crenças ao seres em questão.

Não parece haver razão para crermos que a capacidade de responder diferencialmente a estímulos sensoriais compartilhada por animais *sencientes* seja razão suficiente para os considerarmos seres *sapientes* dotados de capacidades epistêmicas, ou, ao menos, temos razões contrárias bastante persuasivas – a necessidade da posse de uma complexa rede de crenças e de conceitos. Enquanto a capacidade de responder diferencialmente a estímulos sensoriais, como, por exemplo, se aproximar de uma maçã podre e, após cheirá-la, afastar-se dela, pode facilmente ser explicada em termos de associações de estímulo e resposta reforçadas, a capacidade epistêmica de saber que se está diante de uma maçã ou que essa maçã está podre envolve minimamente os conceitos de maçã, podre, comestível e muitos outros e um sistema de crenças acerca de maçãs e congêneres. Também não parecemos ter motivos suficientes para transformar o comportamento de um animal em direção a um objeto, por exemplo, um rato que anda até um queijo, em atitudes epistêmicas como acreditar ou saber que aquilo a que ele se encaminha é um queijo, ou é comestível, pois esta atividade exige a posse de conceitos e a capacidade de justificação da crença em questão, enquanto aquela exige somente habilidades motoras, sensoriais e a capacidade de responder diferencialmente a estímulos.

De acordo com o coerentismo, devemos diferenciar um nível de atividade cognitiva que chamaremos genuína, que envolve a aplicação de conceitos e a justificação de crenças por recurso a outras crenças via processos inferenciais – que é o nosso padrão como seres humanos adultos e que nos fornece o modelo para a atribuição de conhecimento a outros seres – de um nível que chamaremos básico de meras respostas diferenciais a estímulos sensoriais, que chamamos de “atividade cognitiva”, mas apenas por analogia ao nível genuíno, pois não podemos nunca perder de vista as diferenças entre eles. O coerentista assume que de fato há uma prioridade e uma dependência do nível de atividade epistêmica genuína para com o nível de atividade mais básico, mas essa dependência é apenas causal e a prioridade é metodológica. A dependência causal é advinda do fato de a experiência sensorial ser vista como a fonte (causal) de nossas crenças de observação e a prioridade metodológica surge da hipótese de que somente somos capazes de

adentrar no reino epistêmico após termos estabelecidos causalmente um grande número de associações entre estímulos sensoriais e conteúdos proposicionais que, enquanto não passam a ser correlacionados inferencialmente no espaço lógico das razões, permaneceram no nível básico das associações entre respostas diferenciais.

Conclusão

Como vimos, a rejeição ao “mito do dado” nos conduz ao coerentismo na justificação de nossas crenças que por sua vez nos convida, para que não retornemos ao “mito”, a diferenciar um nível de atividade cognitiva conceitual epistêmica, que se dá no espaço lógico das razões, de exigir justificação e ser capaz de justificar crenças, de um nível mais básico que se dá âmbito das respostas diferenciais e da associação entre estímulos sensoriais. O empirista parece não atentar para essa diferença, pois considera como idênticas a sua (de um ser humano adulto) experiência sensorial cognitiva de ver uma maçã, que ocupa uma posição no espaço lógico das razões, pois é articulada proposicionalmente, com a experiência sensorial de ser afetado por uma maçã que se limita ao âmbito mais básico, fisiológico-causal. Se levarmos em conta tal diferenciação entre níveis cognitivos, a exigência de reflexividade não mais será vista como descabida, pois se terá compreendido que ela não é validade para todos os seres capazes de ter experiências sensoriais, mas apenas para aqueles que transitam no espaço lógico das razões. Contudo ficam em aberto as questões acerca do que é ou o que conta como indício suficiente para atribuição de conceitos a um determinado sujeito e até onde vão, caso elas se façam presentes, as habilidades conceituais de animais não humanos e crianças pequenas. Essas são questões que demandam um tratamento especial e bastante atento e fogem do escopo do presente trabalho.

Referências bibliográficas

ALSTON, William. “What’s wrong with immediate knowledge”. In *Epistemic justification: essays in the theory of knowledge*. Ithaca: Cornell University Press, 1989. pp. 73-95.

DAVIDSON, Donald. "A Coherence Theory of Truth and Knowledge". In LePORE, E. (ed.). *Truth and interpretation: Perspectives on the philosophy of Donald Davidson*, Oxford: Cambridge, 1986. pp. 307-19.

DeVRIES, Willem A. & TRIPLETT, Timm. *Knowledge, mind, and the given: reading Wilfrid Sellars' "Empiricism and the philosophy of mind"*. Indianapolis: Hackett, 2000.

_____. "Does Observational Knowledge Require Metaknowledge? A Dialogue on Sellars". *International Journal of Philosophical Studies* 15 (2007): 23-51.

GLÜER, Kathrin. "On perceiving that". *Theoria* 70 (2004):197-212

McDOWELL, John. *Mente e mundo*. São Paulo: Ideias & Letras, 2005.

MEYERS, R. G. "Sellars' rejection of foundations". *Philosophical Studies* 39 (1981): 61-78.

SELLARS, Wilfrid. *Empirismo e filosofia da mente*. Petrópolis: Vozes, 2008.